



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 218 - DE 02 A 16 DE JULHO DE 2001- R\$ 1,00

Abaixo o governo corrupto, pró-imperialista e antipopular
Não confiar no Parlamento da oligarquia, cova de ladrões
Combater de conjunto os partidos da burguesia que se curvam ao imperialismo

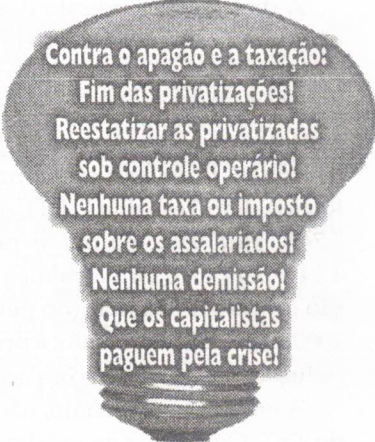
Derrubar a política econômica de FHC/FMI

Combater a burguesia que esmaga a vida dos trabalhadores
Que a CUT e sindicatos rompam com a colaboração de classe
Que a CUT e sindicatos rechacem o oposicionismo burguês do PT e seus aliados

Unir operários, camponeses e demais oprimidos em um só movimento

Organizar uma frente única antiimperialista
Aprovar em assembleias um plano de luta
Pôr em pé um movimento de massa a partir dos locais de trabalho

O programa de governo do PT é capitalista e pró-imperialista.



Contra o apagão e a taxaço:
Fim das privatizações!
Reestatizar as privatizadas sob controle operário!
Nenhuma taxa ou imposto sobre os assalariados!
Nenhuma demissão!
Que os capitalistas paguem pela crise!

Educação:
Balanço do 47º Congresso da UNE
Ocupação impede fundações na USP
Alckmin demite professor grevista

Bolívia URGENTE: Todo poio à luta revolucionária!
Liberdade às lideranças presas! Fim dos processos contra elas!

Quinzena de luta do movimento operário

METROVIÁRIOS: DIREÇÃO SINDICAL PROMOVE A PERDA DE CONQUISTAS E O FRACASSO DA GREVE.

Na última semana de junho, os metroviários decretaram uma greve há meses esperada. Foi uma greve curta, de dois dias (25 e 26/06), quebrada pelas direções sindicais burocratizadas. Enquanto os patrões e o governo acirram seus ataques aos trabalhadores estas direções sindicais fazem com que os movimentos recuem na luta, se desorganizem e se esfaquem em ações distracionistas e festivas.

Direção do Sindicato dos Metroviários faz de tudo para que não exista greve

Desde maio, os metroviários ameaçam decretar uma greve. A cada assembléia, a categoria colocava esta possibilidade, que era transformada pela direção sindical na proposta de "estado de greve". A greve dos metroviários, além de necessária como resposta aos ataques da Companhia do Metropolitano de São Paulo e do governo estadual vendido de Alckmin, tinha grande importância para os demais movimentos em luta, sobretudo do funcionalismo público. Isso é claro, se os movimentos fossem unificados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, com a política aplicada pela direção do Sindicato dos Metroviários, Saúde, Professores estaduais etc., não quer saber de choques com o governo, prefere apostar na conciliação de classes.

A direção do sindicato dos metroviários fez de tudo para não decretar a greve. Cancelou o início da mesma para o dia 20/05, resolvendo aguardar o resultado de negociações com o Metrô, iludindo a categoria com a ajuda que o parlamento burguês poderia dar. Depois, suspendeu a greve marcada para o dia 05/06, fazendo a categoria aceitar a sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que reduzia o reajuste salarial de 7,74% para 7%; reduzia o percentual de produtividade de 4,14% para 4% e, principalmente, eliminava os 7,86% de reposição de perdas salariais (do período de maio de 1999 a abril de 2000). Esta foi, no entanto, a primeira (e não a única) medida de redução das reivindicações aceita pela diretoria sindical.

A empresa, no entanto, não aceitou a sentença já rebaixada do TRT. Queria dar no máximo 6% de reajuste (aumentado somente na semana passada, pois era de 5,5%). Não queria conceder nada de produtividade, já que, com exceção de 2000, o número de passageiros diminuiu, logo, a produtividade também. Queria reduzir o percentual atual dos adicionais noturno (50%) e de horas-extras (100%) e não estende-los aos funcionários admitidos a partir de 1º de maio (data-base da categoria).

Seguindo à risca a determinação do governo estadual de Alckmin em não atender as reivindicações da categoria, pois considera a mão-de-obra metroviária muito cara, a diretoria do Metrô decidiu recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a sentença do TRT. Como já era de esperar, o TST concedeu efeito suspensivo à sentença do TRT, eliminando os 4% de produtividade, os 50% de adicionais noturnos e transformando

os 100% de horas-extras em 50%. Manteve apenas os 7% de reajuste. Se não bastasse isso, o TST concedeu liminar à empresa determinando o esquema de emergência em caso de greve, em que, no horário de pico, deveria haver 100% de funcionamento e, nos demais horários, 50%.

Foi preciso que as reivindicações da categoria fossem rebaixadas ao máximo para que a greve de 25/06 fosse decretada. Já no início do mês (desde o anúncio da sentença do TRT, no dia 04/06) a empresa deixou claro que não aceitaria a proposta da categoria. No dia 18/06, entretanto, estava havendo a tentativa de mais um acordo com o Metrô. No dia 19/06, na assembléia da categoria, a diretoria sindical propunha mais uma vez "aguardar negociações" e colocava a greve como alternativa, dependendo da reposta da empresa, a qual enrolava dizendo estar tentando falar com o governo estadual.

Somente no dia 24/06 a ameaça de greve a partir de 25/06 se transformou em algo concreto. Qual a reivindicação? Contra a sentença do TST e a favor da sentença do TRT.

Durante a greve a diretoria do sindicato colocou a categoria definitivamente no caminho da derrota

No dia 25/06 começou a greve dos metroviários com 100% de adesão. Nenhuma composição do metrô saiu do pátio do Jabaquara. Diante disso, o braço jurídico do Estado atacou: o TRT considerou a greve abusiva, fixou multa de R\$ 100 mil por dia de paralisação e manteve liminar concedida à empresa para que funcionasse o esquema de emergência. Ainda assim, a categoria resistiu e decidiu manter a greve, rejeitando a proposta do TST e o esquema de emergência. Sobre este último, é bom destacar que a direção sindical havia feito uma contraposta: 70% de funcionamento no horário de pico e 50% nos demais.

No dia 26/06, sem apresentar a menor tentativa de fortalecer o movimento da categoria, através da utilização do método da ação direta (manifestações de rua, bloqueios de avenidas etc.) e da unificação com outros movimentos em luta, a direção sindical resolveu atender ao "pedido" do governador Alckmin que queria um acordo entre metroviários e empresa. Daí na assembléia realizada à noite, a maioria dos cerca de 800 trabalhadores aceitaram a proposta do TST, conforme queria a empresa (com exceção do reajuste de 7%, que é realmente o mal menor para ela), e decidiram retornar ao trabalho suspendendo a greve.

A grande preocupação da diretoria traidora do Sindicato dos Metroviários agora é anular a punição financeira, isto é, a multa estabelecida pela justiça burguesa pelos dois dias de paralisação, porque "não tem como pagá-la". Para tanto, recorrerá da ação, isto é, correrá mais uma vez atrás da justiça burguesa.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A moral da história da luta dos metroviários

	REIVINDICAÇÕES INICIAIS	SENTENÇA DO TRT (04/06)	SENTENÇA DO TST (aprox. 22/06)
Reajuste salarial	7,84%	7%	7%
Produtividade	4,14%	4%	0%
Reposição salarial	7,86%	0%	0%
Manutenção de adicionais noturno	50%	50%	50%
Manutenção de horas-extras	100%	100%	50%

Como é possível observar, no decorrer do mês, conforme a diretoria do Sindicato dos Metroviários apostou na justiça burguesa para resolver o problema da exploração do trabalho, a pauta de reivindicações da categoria foi se rebaixando cada vez mais. A empresa tinha intenção, como já foi mencionado, de reduzir o reajuste salarial, inicialmente para 5,5% e, na semana passada, para 6%. Agora diz que diante da decisão do TST de manutenção dos 7% vai repassar o custo para o usuário aumentando as tarifas do metrô.

O reajuste salarial foi rebaixado. A produtividade, no final da história foi eliminada. A reposição salarial foi desconsiderada. E o percentual de horas-extras foi reduzido pela metade.

A greve, que estava fortíssima nos dois dias, não foi derro-

tada por desgaste ou repressão, mas foi quebrada pela direção sindical.

Os metroviários precisam superar a direção burocrática traidora, que primeiro adiou a única forma de luta que podia colocá-los no caminho da vitória: a greve, e depois transformou a mesma num verdadeiro fiasco. Além de rebaixar a pauta de reivindicações e, conseqüentemente, piorar as condições de trabalho e existência dos metroviários, a greve quebrada pela direção servirá como pretexto para que não se utilize mais a mesma como forma de luta.

A disposição de luta dos metroviários, com paralisação de 100%, e a própria preocupação do governo em querer dar um basta a greve, deixa claro que este é o melhor método de luta. É preciso, entretanto, uma direção revolucionária que faça desta forma de luta mais um capítulo vitorioso na história do movimento operário.

Greve com Multa

A decretação de multas ao sindicato é a forma com que o Estado e a burguesia encontraram para pressionar a burocracia sindical a quebrar as greves. É necessário preparar a luta e não se curvar diante da repressão.

Lutamos pelo direito de greve. A CUT e os sindicatos renunciaram ao combate pelo direito de greve, já que as restrições impostas pelo Estado favorecem o controle do movimento sindical.

Deve fazer parte de toda e qualquer luta a bandeira democrática do direito de greve.

O “apagão” do PT

O PT usa seu horário eleitoral para defender o plano de racionalização de energia do governo - o denominado apagão. Lula reclama que o povo não é culpado da crise energética e que o governo é que cometeu erros. Mas conclui que todos devem cooperar com o Brasil economizando.

Chega a ser patética a demagogia do PT em colocar o Brasil acima da divergência com o governo.

Ocorre que os reformistas e seu candidato à presidência, Lula, se curvaram ao plano apagão desde o primeiro minuto de seu lançamento, evitando mobilizar a população contra mais uma arbitrariedade do governo burguês.

O pacote FHC do apagão constitui um conjunto de medidas que prejudicam os assalariados: vai da exigência

de corte no gasto de energia até aumento de tarifa. E dá aos capitalistas argumentos para demitir.

Não é preciso explicar que a falta de investimento em fontes geradoras e distribuição de energia se deve ao brutal endividamento interno e externo, ao pagamento de bilhões de dólares em juros e amortizações, e ao objetivo de privatização. Não se trata de erro administrativo ou incompetência dos governantes, mas sim de política econômica deliberadamente pró-imperialista.

O PT, ao chamar a população a economizar, assina embaixo o pacote do apagão e falseia as explicações sobre a crise de energia. Com isso, está dizendo que se estivesse no governo faria o mesmo, apesar de dizer que ofereceu propostas alternativas a FHC e que fo-

ram rejeitadas.

É necessário que os trabalhadores digam não ao pacote do apagão. Que a burguesia resolva o problema criado por ela.

Nada de dizer que o que está em jogo é o Brasil. O que está em jogo são os interesses da burguesia de um lado e a situação de miséria da maioria de outro, que sequer pode pagar um bico de luz.

Abaixo o pacote do apagão! Nenhum aumento de tarifa! Nenhuma demissão! Recuperar nas ruas as estatais entregues aos grandes capitalistas e impor o controle operário coletivo! Não pagar mais um só centavo aos credores parasitas!

O Lula, com seu conselho de defender o Brasil, lambe os pés de FHC e se submete ao FMI.

Abaixo o governo corrupto, pró-imperialista e antipopular

Não confiar no Parlamento da oligarquia, cova de ladrões

Combater de conjunto os partidos da burguesia que se curvam ao imperialismo

Derrubar a política econômica de FHC/FMI

Combater a burguesia que esmaga a vida dos trabalhadores

Que a CUT e sindicatos rompam com a colaboração de classe

Que a CUT e sindicatos rechacem o oposicionismo burguês do PT e seus aliados

Unir operários, camponeses e demais oprimidos em um só movimento

Organizar uma frente única antiimperialista

Aprovar em assembleias um plano de luta

Pôr em pé um movimento de massa a partir dos locais de trabalho

Fora o apagão e abaixo o governo antinacional. Essa deve ser a bandeira contra as medidas do governo FHC, que descarrega a crise do capitalismo sobre os trabalhadores.

Rechaçar a exortação do PT e de Lula para que todos colaborem com o plano do apagão, em nome da defesa do Brasil. Conhecemos bem a falsificação burguesa que existe com a exortação de "colaboração com o Brasil". Na verdade, toda vez que é utilizada é para convocar a população a colaborar com o governo e os exploradores.

A falência energética se deve à submissão da burguesia brasileira e seu governo ao capital internacional, ao imperialismo. Chamar a população a acatar o apagão significa sustentar no poder os vendilhões do país e sacrificar a vida dos trabalhadores.

Para se defender o Brasil, é preciso sair às ruas contra o governo do apagão e agente interno do imperialismo. Recuperação imediata das estatais sob o controle operário coletivo da produção. Nenhum aumento de tarifa. Que os capitalistas paguem por sua própria crise.

Nada de seguir as CPIs fraudulentas, pelos Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta

Quem pode investigar, julgar e punir os corruptos? Tanto os partidos orgânicos da burguesia quanto os reformistas (PT), o estalinismo nacionalista (PCdoB, PCB) e a esquerda centrista (PSTU) querem que os trabalhadores acreditem no Parlamento e nas CPIs. Essa via coloca nas mãos do Estado burguês e de seus partidos a eliminação da roubalheira e punição dos bandidos que comandam o próprio Estado.

Ao contrário, o Partido Operário Revolucionário (POR) denuncia essa farsa e defende que só os trabalhadores podem acabar com os burgueses ladrões. Para isso, é preciso sair às ruas e constituir um Tribunal Popular.

Na luta direta contra os esfomeadores do povo, os explorados compreenderão que a corrupção no Estado não se deve simplesmente a esse ou aquele político ladrão. A corrupção é própria do sistema capitalista. A decomposição do capitalismo torna a corrupção um fenômeno generalizado.

O combate contra os crimes da burguesia implica organizar a luta de massa contra o Estado burguês e o conjunto dos partidos que o sustenta. Lutamos contra a corrupção com as bandeiras antiimperialista e anticapitalista.

Organizar a luta contra o desemprego, esmagamento salarial, destruição de conquistas trabalhistas e o conjunto das reformas pró-imperialista.

Os trabalhadores carregaram nas costas o Plano Real. Arcaíram com demissões, mudanças na Previdência, não reposição das perdas, salário mínimo de fome etc. O Plano se esgotou e o país caminha para uma crise mais potente que a anterior. Novas medidas chegaram (como as do apagão) e outras virão.

A burocracia sindical e os reformistas eleitoreiros não fizeram senão oposição consentida e colaboracionista. Assumiram a bandeira de estabilidade a qualquer custo. E continuam com ela alimentando ilusões no futuro eleitoral de 2002. Frente ao descontentamento que cresce em todo o país, procuram canalizar as revoltas para as CPIs e corrida presidencial. O esboço de programa econômico do PT reflete muito bem o colaboracionismo que chega às portas de posições pró-imperialistas (pagamento da dívida externa, manutenção das privatizações etc).

Se a CUT não se emancipar dessa política, os trabalhadores permanecerão desarmados e pagarão mais caro ainda pela crise capitalista.

Estamos mais do que atrasados na tarefa de organizar um movimento unitário antiimperialista e anticapitalista, que expresse a aliança operária e camponesa. Trata-se de unificar, em torno das reivindicações da maioria explorada, operários, camponeses, estudantes e setores da classe média empobrecida. Unidade da maioria nacional sob a direção da classe operária.

Fora com o colaboracionismo!

Chega de oposição demagógica/eleitoreira!

Ganhar às ruas contra o governo corrupto e antipopular!

Organizar a greve geral!

(Distribuído em Brasília, em 27/05/2001)

Crítica ao programa econômico do PT

O documento econômico do PT, intitulado "Um outro Brasil é possível", objetiva fundamentar o programa econômico da candidatura presidencial de Lula. A desmoralização do governo FHC, o esgotamento de sua política econômica e a avaliação de que o PT pode, desta vez, vencer as eleições de 2002 motivaram a elaboração de tal documento pelo Instituto da Cidadania.

Os dirigentes petistas e intelectuais ligados a eles lançaram com grande antecedência uma pretensa diretriz econômica, segundo eles, como alternativa ao modelo neoliberal. Tomaram como tarefa "construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil". Prometem "superar a miséria e a extrema desigualdade"; apoiar-se na "vontade popular"; "resgatar o destino nacional, a cidadania e o primado da soberania"; chegar a "uma sociedade solidária, não predatória e excludente"; "superar o processo de despolitização das relações sociais, onde o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo mercado"; lutar "por uma ordem mundial mais equitativa e democrática" e reivindicar "uma inserção ativa e soberana do Brasil na economia internacional". Citamos os objetivos mais gerais, mas o documento também é pródigo em objetivos particulares.

A idéia básica consiste na caracterização de que a crise econômica e social do Brasil se deve ao tipo de modelo econômico adotado. Ou seja, houve uma "interrupção do processo de desenvolvimento e construção da nação impostas pelo neoliberalismo...". Havia então um projeto de nação que sofreu uma descaracterização com o "neoliberalismo globalizado".

O documento não explica que projeto de nação é esse que vinha sendo construído. Mas dá a entender que se haviam constituído valores éticos, peculiaridades nacionais, desenvolvimento social e um contrato social de inclusão dos trabalhadores. Esse quadro sofreu uma interrupção com o "neoliberalismo globalizado", que impôs uma sociedade "predatória e excludente". Portanto, um modelo concentrador de riqueza, desintegrador da unidade nacional e que sobrepõe o econômico sobre o social. Assim, se chega a uma síntese do objetivo estratégico: "Estamos propondo uma

refundação do contrato social que sustenta a Nação e o Estado brasileiros na perspectiva de construir uma sociedade politicamente mais participativa, economicamente inclusiva, socialmente mais justa e culturalmente pluralista".

A omissão quanto ao "projeto de Nação", que supostamente vinha sendo construído, leva-nos a crer que se trata do nacional-desenvolvimentismo, que corresponde a determinadas medidas de defesa da burguesia nacional. O estatismo, protecionismo e intervencionismo econômico estatal sobre o conjunto da economia alicerçaram uma fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Faz parte desse processo a legislação trabalhista erigida desde a conhecida "Revolução de 1930".

Como o documento é omissivo, sequer podemos depreender as fases do nacional-desenvolvimentismo, concebido pelos petistas como "projeto de Nação" que foi rompido. Parece que o documento refere-se ao nacional-desenvolvimentismo a partir da segunda metade de 1950. Tudo indica que não se pretende retomar as bases do nacionalismo econômico. Nesse sentido, o documento cai no vazio, a estratégia de reconstruir a nação não passa de uma figura retórica. Não se pretende retomar os pressupostos do nacionalismo burguês e nem do neoliberalismo (pró-imperialismo).

Se é verdade que havia um processo de construção nacional ("projeto de Nação") que foi desbaratado pela diretriz do "neoliberalismo globalizado" e que o PT não aceita "continuar renunciando a um projeto próprio de Nação", esperava-se que os arquitetos do novo projeto propusessem o restabelecimento dos elos rompidos.

Mas a pouca referência sobre o nacional-desenvolvimentismo não impede de se perceber o sentido do jogo retórico sobre "reconstruir a Nação". Ocorre que o PT foge do suposto problema identificado. Uma vez que o neoliberalismo provocou uma ruptura, o pretendido governo alternativo (democrático-popular) teria de reestabelecer os elos da cadeia rompida. No entanto, não se propõe fazê-lo. Tarefa essa que implicaria recolocar na ordem do dia o estatismo. Uma das tarefas dessa orientação

nacionalista seria a reestatização, a renacionalização.

O documento explica que "já não há mais um setor produtivo estatal de grandes dimensões capaz de, em articulação com o setor privado multinacional, assegurar a taxa de investimento necessária ao crescimento". O que quer dizer que já não existe a base do nacional-desenvolvimentismo. É possível perceber, a essa altura, que a idéia de um novo modelo de desenvolvimento capitalista é pretensioso e pueril.

O pressuposto "de um novo padrão de intervenção do Estado na economia", que se distinguiria "do velho tripé do estado desenvolvimentista" (Estado/capital nacional/capital estrangeiro) e do Estado mínimo neoliberal corresponde a uma política econômica eclética, que combina aspectos do nacionalismo com os do pró-imperialismo. Em última instância, conclui em posições pró-imperialistas.

Não por acaso, o documento apresenta feições continuístas da diretriz considerada responsável pela "interrupção do processo de desenvolvimento". Idealiza reparos nas relações entre o capital nacional, capital imperialista e o Estado. É o caso das dívidas interna e externa, admitidas como contratos inquebrantáveis. O governo do PT almeja apenas a velha suposição de um novo acordo estabelecido pelas partes. Também são os exemplos da defesa do Mercosul, como se essa fosse a via real para se opor à Alca; da manutenção dos setores privatizados, que sofrerão impostos "sobre o lucro extraordinário" e controle de "agências reguladoras nacionais"; da reforma agrária pelo critério já estabelecido de "desapropriação por interesse social"; manutenção do imposto CPMF, no quadro de uma reforma fiscal etc.

O aspecto mais importante do documento está no conceito de reconstrução da Nação e resgate do social (esse último aspecto será analisado no próximo Jornal Massas), que serve para acobertar a adaptação do PT à burguesia nacional e às pressões do imperialismo. O documento foi talhado para convencer o grande capital de que o "governo popular" não modificará a essência das relações econômico-financeiras e que não comprometerá a estabilidade do Estado.

Crise econômica faz capitalistas aumentarem ofensiva contra as massas

As sucessivas elevações do dólar em relação ao Real nas últimas semanas, apesar do governo ter queimado mais de 2 bilhões de dólares de suas reservas e ter tomado mais 10 bilhões emprestados, mostram que as tendências recessivas da economia vão se impondo ao mesmo tempo em que os artificialismos da política governamental se esgotam. A alta do dólar é mais um repique da quebra do plano Real, iniciada em 1999, quando a moeda brasileira se desvalorizou quase pela metade. A alta do dólar pressiona os preços e a inflação volta a ganhar importância. O saldo negativo na balança comercial e os envios ao exterior vão drenando os dólares no país. A redução da taxa de juros nos últimos meses causa desinteresse aos parasitas financeiros, que querem muito dinheiro em pouco tempo.

As previsões para a inflação deste ano estão em alta. As mais otimistas apontam para, pelo menos, 6%. O fato é que a inflação será o dobro da prevista pela equipe econômica. O governo tem tomado medidas para responder a

esse quadro, tentando descarregar a crise sobre as massas.

A primeira delas foi a taxação sobre o consumo de energia, que afetaria os consumidores assalariados, que não têm onde reduzir o consumo. Elevou as taxas de juros, para atrair os dólares dos tubarões do mercado financeiro. Agora, o governo elaborou um plano de prorrogação e extensão da CPMF, e meios jurídicos para evitar qualquer tropeço com o poder judiciário, anulando-o por meio de uma emenda constitucional.

As medidas ditadas pelo governo são ataques aos assalariados, que serão afetados pela crise econômica em curso. A chamada "oposição" não combate a política governamental, agora nem mais em palavras.

O PT aceitou e colabora com a política de taxação da energia, e declamou em seu programa de governo o acordo com a essência da atual política econômica, discordando de aspectos e grau. A divulgação de um programa de governo a um ano da eleições é uma declaração de apoio imediato à política

governamental, um sinal de que seus parlamentares não criarão problemas à aprovação de sua essência e um pedido de voto de confiança do poder econômico para que permita e colabore com a chegada ao poder do reformismo, com a promessa de que prosseguirá aplicando a privatização, impostos, saldará seus compromissos com os credores externos etc.

A colaboração do PT com o governo numa situação de agravamento da crise econômica e política, em que a burguesia comparece dividida e os movimentos sociais acontecem fragmentados pelo país é o maior problema para as massas e a melhor garantia de governabilidade para os exploradores.

É necessário organizar nacionalmente as massas para resistir à ofensiva governamental e patronal, e criticar e denunciar amplamente a colaboração do reformismo com o governo, que impede a unificação dos movimentos em uma luta nacional de massa para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

PT colabora com acordo do FGTS

O governo fechou com a oposição um acordo para pagar a dívida aos trabalhadores pela correção do FGTS nos planos Verão e Collor. O acordo é pagamento integral de pequenos valores (até mil reais) agora e desconto, adiamento e parcelamento dos valores maiores, numa tabela que estende o pagamento para até 2004. O custo será bancado em 6% pelo governo e o restante pelo aumento de taxa de contribuição empresarial de 8% para 8,5% e de 40% para 50% na multa res-

cisória.

Esse acordo sela uma perda de parte desse dinheiro, que pertence aos trabalhadores, o adiamento de seu pagamento e livra o governo da maior parte do ônus pelo seu custo. O governo não devolverá quase nada desse dinheiro (só 6%) e o que os empresários pagarem será repassado aos preços, que serão pagos pelos assalariados.

O PT colaborou com essa expropriação ao fazer um acordo no parlamen-

to com o governo para sua aprovação, quando o correto seria mobilizar os trabalhadores para lutarem nas ruas para que o governo devolvesse esse dinheiro integralmente e já. Com o acordo, o governo poderá usar esse dinheiro para prosseguir sustentando o parasitismo financeiro, às custas da miséria dos assalariados.

É urgente a construção do partido revolucionário, que não aceite as imposições do governo entreguista e organize a luta pela sua derrubada.

Habitação

Engels sobre a questão da habitação

Os textos que seguirão fazem parte da discussão de Engels sobre a questão da habitação na Inglaterra, no final do século XIX.

Como a burguesia resolve o problema da habitação

Na Inglaterra, onde o capitalismo alcançava maior desenvolvimento e constituía os centros urbanos, as condições de moradia dos operários logo surgiram como um grande problema social. Distintamente dos bairros burgueses, os dos operários eram insalubres, onde se amontoava a população trabalhadora e não existia nenhuma preocupação, por parte dos capitalistas, com as condições elementares de existência, a exemplo do saneamento etc.

Entretanto, tais condições adversas se constituíram em "focos de todas as epidemias que periodicamente invadem as cidades". Diante disso, os burgueses começaram a mostrar aparente preocupação com a saúde dos operários. Fundaram sociedades, escreveram livros, projetaram planos, foram debatidas e decretadas leis com o propósito de extinguir a fonte renascente das epidemias: Examinaram as condições de habitação dos trabalhadores e tentaram remediar os males mais escandalosos.

Na verdade, Engels mostra que a preocupação não era com a saúde dos

operários, mas sim, porque as doenças (cólera, tifo, febre tifóide, varíola), que se propagavam no ar pestilento e nas águas poluídas, começaram a chegar nos bairros arejados e sadios dos capitalistas.

Um dos teóricos a escrever sobre as alternativas burguesas para resolver tais problemas foi o economista burguês: doutor Emil Sax, que em 1869 escreveu o livro: "As condições de habitação das classes trabalhadoras e a sua reforma", no qual afirmava que a principal saída só seria possível quando a classe operária se elevasse ao nível das classes possuidoras, ou seja, transformar todos os assalariados em capitalistas, sem deixarem de ser assalariados. Para ele, a habitação é a raiz de todos os males sociais (miséria física e moral), caso seja resolvido tal problema, todos os outros desaparecerão. Criticava os operários por economizarem o máximo possível no aluguel, chegando a morar várias famílias em um único barraco, evitando gastar com higiene pessoal e local, enquanto que gastavam todo o salário com bebidas e todas as espécies de prazeres frívolos (cachaça, fumo e cabaré).

Engels irá responder ao Dr. Sax dizendo que enquanto os operários sobreviverem somente dos miseráveis salários, não conseguirão viver sem tais problemas sociais, especialmente o da habitação. Pois, as boas moradias são tão caras que é impossível serem habitados

pela grande maioria explorada. Argumenta ainda que o doutor Sax não pode compreender que o alcoolismo nos meios operários atuais é um elemento socializador, mas, no entanto, é tão fatal quanto o tifo, o crime, os parasitas, a violência policial e outras tantas doenças sociais. Engels mostra o ridículo da que chegam os reformistas burgueses, ao ponto de reduzir os problema da habitação à má aplicação do salário em alcoolismo.

Tomemos as palavras de Engels: "A característica essencial do socialismo burguês é procurar conservar a base de todos os males da sociedade atual e querer, ao mesmo tempo, abolí-los. Os socialistas burgueses, como diz o Manifesto do Partido Comunista, querem `remediar as anomalias sociais com o objetivo de consolidar a sociedade burguesa`, querem `a burguesia sem o proletariado`.

Em nossos dias, as condições de habitação dos operários são tão ou mais graves quanto no alvorecer do capitalismo. O que mostra que o sistema econômico e social baseado na exploração do trabalho não tem como assegurar as condições mais elementares de vida dos assalariados. E da mesma forma que no passado, a burguesia só se preocupa com o inferno vivido pelos oprimidos quando se vê ameaçada. Os humanistas que querem um capitalismo menos bárbaro continuaram a aviar as receitas do Dr. Sax.

Fortaleza: Fórum burocratizado organiza ato festivo e eleitoral

O ato organizado em Fortaleza, concomitante à suposta "Marcha dos 300 mil de Brasília" pelo Fórum por terra, trabalho e cidadania/CUT, concluiu como uma manifestação eleitoral em defesa da Frente Popular (candidatura Lula/2002).

A manifestação que contou com a presença de diversas comunidades, operários da construção civil, estudantes, etc. e que poderia servir de canal da luta dos explorados contra o plano neoliberal (pró-imperialista) expressão da crise, o apagão e o governo moribundo de FHC. Transformou-se

num evento distracionista e de defesa do Governo democrático-popular, em contraposição às lutas grevistas etc. A manifestação exprimiu a política mais acentuada ainda de conciliação de classe do reformismo/stalinismo Isto porque o PT e seus aliados e projetarem-se como alternativa burguesa para gerir a crise do capitalismo).

O POR foi impedido de falar pela burocracia, por defender um programa revolucionário de combate ao reformismo pró-burguês para pôr abaixo o capitalismo e o governo antinacional de FHC.

O PSTU (centrismo) defendeu a mesma frente popular apenas com tintura esquerdista e foi incapaz de criticar o estrangulamento da democracia operária.

A situação política tem caminhado por um lado para uma crise maior do governo e seus partidos (PSDB, PFL, PMDB) e pela política eleitoral e distracionista predominante nas direções do movimento. A ausência de um partido revolucionário enraizado da classe operária e demais explorados dificulta uma saída revolucionária.

Congresso da UNE: PCdoB aprofunda burocratização

O 47º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, realizado de 13 a 17 de junho, em Goiânia, teve mais de 6 mil delegados eleitos e credenciados nos estados, e cerca de 4200 retiraram seus crachás em Goiânia. Votaram nas chapas que concorreram à diretoria 3686 delegados.

As principais características desse Congresso foram a elevação do seu grau de burocratização, o apoio e participação do governo goiano do PSDB, as resoluções reformistas e eleitoreiras aprovadas, a derrota das oposições ao PCdoB.

A burocratização do Congresso parte da eleição de delegados

Aumentou, em relação aos dois congressos anteriores, o número de delegados eleitos. Mas isso não pode ser atribuído mecanicamente às mobilizações estudantis ocorridas pelo país nos meses que antecederam o Congresso, particularmente aos atos contra a corrupção e pela cassação de ACM. Porque a eleição de delegados ao Congresso e sua realização não estão ligados à mobilização estudantil, e sim ao regimento burocrático e fraudulento imposto pelo PCdoB, que dirige a UNE. Na verdade, o Congresso ocorre à margem das mobilizações estudantis, e não tem nenhuma ligação com as greves das universidades do ano passado, por exemplo.

O Congresso é organizado para favorecer a disputa aparelhista e às costas dos estudantes. Os delegados são eleitos na proporção de 1 para cada 600 ou 400 estudantes, dependendo do tamanho do curso. O quorum exigido é de 30% em urna e 20% em assembléia, do total de alunos matriculados, o que quer dizer, no caso de cursos em universidades públicas, cerca de 40% a 60% dos alunos que efetivamente comparecem às aulas. Com esse grau de dificuldade para obtenção de quorum, o próprio regimento aponta a saída: eleição em urna volante, que passa de sala em sala, é jogada para

cima de todos os alunos, favorece o voto do aluno desmobilizado e atrasado, cria condições para a fraude etc. E há aqueles que nem mesmo se dão ao trabalho de buscar os votos nas salas de aula, passam listas fantasmas de assembléias que não existiram e protocolam seus crachás junto à direção estalinista da UNE.

Como se trata de um Congresso organizado para fortalecer o controle aparelhista e a política reformista e eleitoreira da direção, está completamente desvinculado dos problemas e mobilizações vivenciados pelos estudantes nas salas de aula. Em muitos cursos, em que a fraude institucionalizada não é aplicada, percebe-se o grau de distanciamento da UNE em relação aos estudantes. Na USP, por exemplo, diversos cursos tiveram votações muito pequenas em relação à média de eleições estudantis.

A composição dos delegados ao Congresso acaba determinada pela burocracia que dirige a UNE, que ainda pode alterá-la com a fabricação de crachás de acordo com as suas necessidades, e pela influência dos aparatos de partidos burgueses (PSDB, PDT, PSB etc).

Um Congresso com a participação da burguesia organizada

A direção da UNE contou com o apoio do governador Marconi Perillo (PSDB) para a realização do Congresso, que ajudou na infraestrutura e chegou a abrir oficialmente os trabalhos. E viu ainda o crescimento da bancada do PSDB (Social Democracia Estudantil) entre seus delegados.

A atitude de negociar o apoio material e político do governo do PSDB ao Congresso dos estudantes é sintoma da política absolutamente colaboracionista de classe, pelega, da direção estalinista da UNE. Como o Congresso poderia armar os estudantes para combater o governo FHC e o governo estadual se contava com o sustento organizativo e político de Perillo (PSDB)? Fazer um acordo com esses governos para a reali-

zação de um Congresso é romper com a autonomia da organização estudantil e colocar uma mordaca em sua boca e uma corrente em suas mãos e pés, para que não fale ou mova nada contra os governos destruidores da educação pública e privatistas do PSDB.

A presença da bancada organizada do PSDB é parte dessa capitulação política. Jamais um partido burguês ousaria participar, nem os delegados eleitos deixariam, se o Congresso fosse organizado e dirigido por uma direção revolucionária, que orientaria o Congresso desde sua convocação para o combate nas ruas a esses governos e partidos, e a eleição de seus delegados se realizaria sob essa perspectiva.

A burocratização impede a discussão política

O Congresso começou com os grupos de discussão temáticos, que desta vez foram transformados em painéis de debates, com as mesas indicadas pela direção da UNE. Esses grupos serviam, antes, para discussão e apresentação de propostas de resolução constantes nas teses políticas dos diversos partidos e correntes, de independentes ou ainda de autoria individual, que depois iriam à votação em plenária final. Agora, só servem para propagandear a demagogia eleitoreira da direção e de quem ela admite falar.

Assim, a direção da UJS (PCdoB) anulou de vez a discussão política nos Congressos. As propostas que conseguirem ser apresentadas passam ainda pelo filtro da sistematização controlada pelos dirigentes das principais correntes, e vão ao plenário como jogo de cartas marcadas: todos sabem quem defenderá cada proposta, a votação que será obtida, e tudo isso é garantido pela "segurança" contratada da direção, um bando de bate-paus que asseguram que nenhum estudante possa se dirigir à plenária. Cada "liderança" fala então seus minguados minutos (às vezes segundos), sem que a maioria preste a menor atenção e a vota-

ção é orientada nas bancadas, todas agrupadas como torcidas organizadas e dirigidas pelos chamados "líderes de bancada", que acenam cartazes com os números das propostas que os delegados DEVEM votar, se quiserem ter seus lugares nos ônibus de volta aos estados.

As resoluções aprovadas

O PCdoB tinha mais de 60% dos delegados sob sua direção. Por isso, conseguiu aprovar todas as propostas que quis. Em boa parte delas, impôs à oposição a não votação, pois seriam de "consenso". Para se ter uma idéia, uma das propostas era a de expropriação das terras improdutivas, uma bandeira reformista e que não atende às necessidades dos sem-terra, pois não ataca o latifúndio produtivo.

As outras propostas, chamadas de "polêmicas", vão à plenária final. Destacamos a conjuntura porque orienta todas as outras votações.

A grande maioria das correntes e partidos partiu da avaliação de que a crise econômica e política nacional fez com que os partidos burgueses antecipassem o debate sucessório presidencial. Assim, propuseram à UNE seguir esse debate e cair na discussão de que política deve ter a UNE frente às eleições. Do PCdoB, passando pelo PT, ao PSTU, todas essas correntes políticas centraram suas colocações em que tipo de apoio se deve dar a Lula e que tipo de frente deve ser construída para que ele chegue à presidência.

O PCdoB e a Articulação do PT defendem a aliança mais ampla possível, que atinja até mesmo setores dos partidos governistas PMDB, PSDB e PFL. A esquerda do PT exclui a direita dessa frente, chamada de "democrática e popular". O PSTU defende a "frente dos trabalhadores", com Lula e um vice do MST, ou seja, canalizar as lutas para o embate eleitoral, por uma frente dos partidos que se reivindicam dos trabalhadores, sem partidos burgueses.

Como se vê, todas essas políticas apresentam um ponto estratégico comum, a disputa eleitoral pela presidência em torno de um governo democrático e popular (burguês), e as divergências são de tática (que tipo de

frente eleitoral construir).

Novamente, esse tipo de divergência se manifestou na votação da posição da UNE frente aos governos do PT. É claro que o PCdoB e a Articulação (PT), que admitem alianças até mesmo com os partidos patronais, se colocaram pelo apoio aos governos "democráticos e populares". A oposição do PSTU se limitou a propor que a UNE faça exigências a esses governos, que privatizam, demitem arrocham salários, aumentam tarifas, praticam nepotismo, reprimem sem-teto etc. Claro, porque se tratam de aliados para sua "frente de trabalhadores"...

Em relação às outras resoluções, o PCdoB impôs que a UNE pratique colaboração com as universidades pagas com o apoio ao Creduc, rechaço às propostas de estatização da educação e saúde, admissão do domínio do capital financeiro sobre a economia, desde que sob "controle social", nenhuma bandeira ou ato contra o imperialismo; manutenção das carteirinhas compulsórias para a meia-entrada e normas regimentais de controle burocrático da UJS sobre os Conselhos de Base. O PCdoB contou com o apoio dos partidos burgueses (PTB, PSDB, PPS) e da Articulação do PT na maioria dessas propostas.

A causa real da burocratização

Setores da oposição ao PCdoB têm levantado a bandeira de eleições diretas para a UNE como remédio para sua burocratização. Como os congressos são burocratizados, a saída encontrada é a da eleição da direção pelo voto nos corredores das faculdades.

É evidente que os congressos da UNE estão completamente burocratizados. Mas o problema da burocratização não é administrativo. Não será com eleições diretas que se resolverá a burocratização da UNE.

A realização de congressos e a eleição da direção neles é um método que o movimento estudantil assimila da democracia operária, que une a discussão política à realização prática das resoluções tomadas. Ou seja, discute-se, delibera-se e se escolhe aqueles que serão responsáveis pela colocação em prática

essas resoluções. Por isso, os revolucionários autênticos o apóiam e defendem.

A eleição direta da direção da UNE separa a discussão da prática e anula os congressos. A discussão e aprovação das propostas será separada da escolha da direção e esta não estará subordinada ao Congresso. Qual a direção que se responsabilizará pelas decisões de alguns milhares de delegados se tiver sido eleita por milhões de votos? Além disso, a eleição direta colocará a UNE nas mãos do partido melhor organizado nacionalmente e com maior poder econômico. Se fosse aprovada, não levaria a oposição "Rompendo Amarras" à direção, e sim provavelmente uma aliança PFL/PSDB.

A burocratização da UNE é consequência da política reformista e conciliadora de classe de sua direção. Essa política está em total contradição com os interesses imediatos dos estudantes, por isso a direção tem de mantê-los afastados das decisões. Uma UNE democrática varreria com a política pelega do PCdoB.

Mas é preciso destacar também que a oposição do PSTU e esquerda do PT têm a mesma estratégia eleitoral, divergindo apenas na tática. Se conseguisse chegar à direção nos congressos ou pelas eleições diretas também burocratizaria a entidade, pois a linha eleitoral é distracionista da luta direta dos estudantes por suas reivindicações.

A UNE só pode se democratizar sob uma direção revolucionária, que expressaria em seu programa as reivindicações e interesses dos estudantes, os meios para realizá-las (mobilização, ação direta), a aliança necessária com o movimento operário, colocando-se sob seu programa político, e a estratégia da destruição revolucionária do capitalismo pela revolução proletária.

A democratização da UNE não acontecerá pela via dos Congressos burocratizados ou pelas eleições diretas. Dependerá de uma grande mobilização nacional dos estudantes, que colocará a necessidade de ter em suas mãos sua organização nacional, o que ocorrerá por meio de um Congresso extraordinário convocado para esse fim sob a direção de um comando nacional de luta, formado por eleição nas assembleias e plenárias de base e a eles submetido.

Alckmin continua impondo a reforma privatista da educação

Prepara para o próximo período a "flexibilização do currículo" do ensino médio. Isso significa corte de disciplinas, redução de outras e sistema modular (semestral). Para os professores as conseqüências são: desemprego e superlotação de salas.

A municipalização atinge até as prefeituras petistas, a exemplo de Guarulhos. Os resultados estão aí: salários menores ainda do que os do Estado, superexploração do trabalho, clientelismo nas contratações e desemprego.

Em relação aos salários, o governador já disse que não irá conceder um centavo a mais. Já estamos indo para o 7o ano sem nenhum reajuste e o preços de tudo tem aumentado violentamente.

Como se vê, o PSDB de Alckmin segue a orientação de destruição do ensino público. Municipalizar, "reformular" o ensino médio, desviar os poucos recursos da educação, cortar gastos, demitir e dar incentivos à rede privada são metas da política educacional do governo e Banco Mundial.

Resposta da diretoria da Apeoesp às medidas privatistas

No último CR, a diretoria aprovou: 1) aceitar a migalha do dinheiro que o governo prometeu às escolas que se vinculassem à reforma do ensino médio; 2) não exigir a contratação imediata de todos os eventuais; 3) reivindicar um piso de fome de 5 mínimos; 4) não convocar nenhuma assembléia de professores; 5) continuar com as visitas aos parlamentares, a caravana à Brasília e mais abaixo-assinados.

Essa é a prova de que os burocratas nada têm a ver com as necessidades da classe. Aceitam a esmola em troca da privatização do ensino médio.

Não defendem os desempregados que estão na condição de eventuais. Propõem um piso que não dá nem para comer. E querem continuar decidindo por cima da classe. Não convocam assembléias porque não querem enfrentar o governo do PSDB, seu aliado eleitoral.

Defendemos:

1) pegar o dinheiro é aceitar a privatização do ensino médio; 2) contratação de todos os eventuais; 3) piso salarial de R\$ 2.000,00; 4) redução de jornada - que nenhum professor ganhe menos que dois mil reais; 5) assembléia soberana para que se aprove o plano para enfrentar o governo que destrói a educação e demite professor grevista.

Alckmin, Rose Neubauer - continuadores de Covas (PSDB) demitem professor grevista

Pela primeira vez, o governo de São Paulo usa as armas da ditadura para demitir trabalhador em greve. Além de abrir processos administrativos contra dezenas de grevistas, prender três professores, abriu processos criminais. Isso porque Covas foi ao acampamento provocar e armar uma cena de conflito para incriminar os grevistas. O professor Antônio Justino, conhecido pela sua militância classista, era um dos alvos da cena fascista armada pelo PSDB. Os processos covistas estão sendo concluídos agora. Antônio Justino foi demitido sumariamente.

O governo, com essa demissão, quer espalhar o terror no meio dos professores. Quer impor à força as medidas privatistas na educação. Para isso, pune violentamente uma liderança do movimento.

Nenhum professor ou trabalhador

poderá ficar calado diante de tamanha violência.

Defendamos Antônio Justino contra as ordens fascistas do PSDB!

Burocracia da Apeoesp se alia ao PSDB

A diretoria da Apeoesp (PT-PCdoB) não fez nenhuma campanha contra as punições aos grevistas. Seu jornal e programa de TV são divulgados como se nada existisse. Não é por acaso. Membros da diretoria já usaram a Justiça burguesa para processar Antônio Justino. A mesma tentativa também foi usada contra outros membros da oposição. É bom lembrar que, no processo aberto por Roberto Felício, Tonhão foi condenado a dois anos de prisão. O que mostra que esses partidos não estão do lado dos trabalhadores grevistas. Recorrem ao árbitro do Estado/Justiça e polícia para interferir nas divergências entre professores (trabalhadores).

Agora, com a demissão, certamente nada farão. Qualquer corpo mole nessa ação do Estado é se colocar contra os grevistas e a favor das punições do Estado.

Defendemos:

Que a diretoria convoque imediatamente uma assembléia para discutir e aprovar a campanha contra a demissão de Antônio Justino;

Que coloque seu programa de TV contra as medidas do governo e a favor de Tonhão;

Que milhares de panfletos sejam distribuídos nas escolas, convocando para a assembléia e exigindo que o governo retire imediatamente toda punição;

Que o PT e o PCdoB (que estão na diretoria) se coloquem na defesa do militante classista.

Estudantes da USP ocupam o Conselho Universitário para barrar fundações privadas

Na Terça-feira, 26 de Junho de 2001, por volta das 12h, cerca de 100 estudantes da Universidade de São Paulo ocuparam o Conselho Universitário (CO - órgão máximo de decisão da universidade, na atual estrutura de poder, composto majoritariamente de professores burocratas, eleitos em suas unidades de maneira extremamente antidemocrática), para barrar a votação que regulamentaria as fundações privadas na universidade.

A ocupação obteve êxito em seu objetivo, pois a votação não aconteceu, mesmo com ataques sofridos pela reacionária professora Zilda Iokoi, da História, que presente no recinto, condenou a violência revolucionária que os estudantes utilizaram para adentrar no Conselho Universitário.

Mas três pontos são importantes de análise neste ato: o primeiro é

que os estudantes utilizaram do método da ação direta, ou seja, acreditaram em suas próprias forças para atuar, e não ficaram a boque de medidas pacíficas/parlamentares, como defendem alguns integrantes do movimento estudantil, notadamente composta pelos reformistas para impedir a votação.

O segundo é que as fundações privadas se constituem em mais um instrumento de privatização da universidade, pois não prestam contas para a comunidade universitária nem são subordinadas à ela, destroem o RDIDP (Regime de dedicação integral à docência e pesquisa), pois com os salários achatados pelo arrocho salarial, uma parcela dos professores complementam seu salário com verbas provenientes delas, o que coloca em cheque inclusive o que o professor irá pesquisar, já que será o recurso privado que manterá a

mesma, e também sua permanência, estará submetida a ineteresses particulares.

Sem contar que uma parcela significativa dos professores burocráticos do CO têm claros interesses na aprovação das fundações, pois os mesmos são os donos ou sócios das mesmas.

E o terceiro ponto é a aprovação, por unanimidade, de uma carta na assembléia dos estudantes, instalada logo após a ocupação do CO, que era endereçada aos Metroviários de São Paulo em greve, contra o arrocho salarial e pela manutenção de seus direitos, o que mostra a importância da unificação dos estudantes com os operários e camponeses, através da frente única antiimperialista, para que suas reivindicações sejam atendidas, que só ocorrerá com a destruição do modo capitalista de produção/opressão.

Abaixo, reproduzimos a carta:

Aos companheiros, em greve, do Metrô de São Paulo:

Os estudantes da Universidade de São Paulo (USP), apoiam e se solidarizam ao movimento grevista, e todos os seus métodos de luta, da categoria deflagrado em 25 de Junho de 2001, que reivindica aumento salarial, participação nos lucros e manutenção de seus direitos conquistados ao longo de anos de luta.

_ Viva a luta dos metroviários!!!

_ Abaixo o arrocho salarial imposto por

Alckmin/FHC/FMI !!!

E, quando estávamos fechando esta edição, recebemos a denúncia que a reitoria da USP estava intimando uma parte dos estudantes que participaram da ocupação para abrir um processo administrativo contra os mesmos.

_ Abaixo qualquer medida de repressão sobre o movimento estudantil !

_ Viva a mobilização dos estudantes da USP, contra a privatização da universidade!

_ Pela unificação do movimento Operário, Camponês e Estudantil na forma da frente única Antiimperialista para pôr abaixo o capitalismo !

_ Que todas as reivindicações dos metroviários sejam atendidas na íntegra !!!

_ Em defesa de um Metrô sob o controle dos funcionários do Metrô !!!

_ Abaixo a privatização do Metrô !!!

Assinado estudantes que ocuparam o CO da USP contra a votação da regulamentação das fundações privadas na universidade.

Estudantes e população de Embu-Guaçu (Grande São Paulo) se mobilizam contra o aumento de salários dos vereadores

Na última Terça-feira, 05 de Junho de 2001, aproximadamente 2000 pessoas, dentre estudantes, principalmente da Escola Estadual Paschoal Carlos Magno e moradores em geral da cidade de Embu-Guaçu (Grande São Paulo), estiveram novamente na frente e dentro da Câmara dos Vereadores da cidade para protestar contra o aumento dos salários dos 15 vereadores em R\$ 900, em forma de uma ajuda de custo para ser gasta em combustível no transporte dos mesmos, já que os os vampiros do dinheiro público não estavam satisfeitos com os seus salários de R\$1800, e não querem utilizar o péssimo sistema de transporte coletivo da cidade para se locomover.

A votação sobre o aumento de salários só teve um voto contrário.

Para se ter uma idéia de tamanha afronta para contra os moradores da cidade, este aumento representa um gasto anual para cidade de R\$162.000, em um município com aproximadamente 50.000 habitantes, com média salarial por volta dos R\$300,00, que não possui empregos suficientes em seu território para todos os seus moradores, o que os obriga a enfrentar diariamente uma péssima condução para trabalharem, geralmente, na capital de São Paulo, em um percurso, em estradas em péssimo estado de conservação, de aproximadamente 30km com duração de no mínimo 1h 20min; uma cidade que não possui um sistema habitacional adequado para os seus moradores, já que a maior parte mora em habitações humildes e construídas sem uma orientação técnica adequada, e alguns inclusive em áreas de risco como encostas de morros e margens de rios e córregos, uma cidade que possui a maior parte de suas ruas não pavimentadas, uma cidade que não possui um serviço hospitalar mínimo, já que o hospital não possui equipamentos, funcionários e remédios suficientes para atender a maioria dos casos e geralmente os pacientes são encaminhados para o hospital de Itapeverica da Serra, que fica aproxima-

madamente 15km da cidade.

Este é o quadro sobre o qual os vereadores parasitas, o termo é preciso, já que eles se reúnem uma única vez por semana, durante duas horas para debaterem aumentos de seus salários e a manutenção da ordem capitalista, que é a exploração do trabalho e a miséria dos trabalhadores e suas condições de vida (enquanto a burguesia e seus representantes, incluem-se aí os próprios vereadores, gozam de todo o conforto e fartura) que neste caso se expressa na descrição da situação do município de Embu-Guaçu.

Mas o fundamental foi a mobilização dos estudantes e da população da cidade para combater mais esta investida destes representantes da burguesia, que aplicam medidas que destróem ainda mais as condições de vida dos oprimidos.

Antes da sessão de 05/06/2001, os parasitas se encarregaram de acionar a repressão (polícia) para conter os manifestantes, já que estavam presentes seis carros da polícia e diversos policiais armados com escopetas, escudos, bombas de gás para reprimir qualquer tipo de ação mais radicalizada dos manifestantes, como por exemplo destruir fisicamente o parlamento burguês (câmara dos vereadores).

Durante a sessão, os estudantes tomaram a linha de frente da manifestação, com palavras de ordem contra o aumento de salários, o que acabou provocando a reação da polícia com gás pimenta sobre alguns estudantes, para tentar dispersar os mesmos, e ofensas verbais para tentar provocar um confronto mais aberto, o que não acabou ocorrendo.

Os vereadores acabaram não votando a revogação do aumento neste dia, e na saída da Câmara, cada um foi vaiado com coros como "Ladrão! Ladrão!", "Filho da puta! Filho da puta!".

Na terça-feira seguinte, 12/06/2001, os estudantes do colégio Paschoal novamente tomaram a linha de frente na mo-

bilização, pois os mesmos paralisaram totalmente a escola, com um poderoso piquete em sua entrada, fechando os portões com cartazes e fitas adesivas, e depois seguiram até a Câmara para novamente se manifestarem, mas os vereadores aplicaram mais um golpe, já que eles se reuniram às 18h para votar a mudança do horário da sessão, que, a partir desta data, passava das 19h para às 16h (a votação, pelo que tudo indica, pois não foi divulgada à lista de votação, foi unânime), justamente para tentar barrar a presença de manifestantes na sessão, já que neste horário a maior parte da população está trabalhando ou retornando para suas casas, e os estudantes do noturno em sua maioria estão também trabalhando, e os vereadores apresentaram o absurdo argumento de colaboração com o apagão (só se for o apagão da manifestação).

E, infelizmente, por uma falta de uma maior discussão entre os estudantes, os mesmos acabaram se dispersando, ao invés de irem promover uma passeata pela cidade para demonstrar para os vereadores que este golpe não ficará impune e que os estudantes estão prontos para enfrentar a luta contra o aumento de salários e a mudança de horário da sessão.

Logo, é fundamental construir as assembléias gerais dos estudantes para discutir as próximas ações e também a construção dos comitês de ação popular para organizar a população, e travar a luta anticapitalista.

_ Viva a mobilização dos estudantes e da população de Embu-Guaçu !!

_ Abaixo o aumento de R\$ 900 !!!

_ Pelo restorno do antigo horário de reunião de Câmara, às 19h !!!

_ Pela construção de uma gigantesca manifestação na cidade para barrar estes golpes !!!

_ Fortalecer os grêmios estudantis para melhor organizar os estudantes de Embu-Guaçu !!!!

_ Abaixo à repressão ao movimento !!

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

PARTE 12: Regime Militar: Arrocho Salarial e Repressão ao Movimento Operário

Os primeiros anos do Regime Militar indicam claramente as intenções da fração da burguesia nacional pró-imperialista no poder: ampliar a concentração de capital, arrochar os salários dos trabalhadores, reprimir os organismos de classe do operariado e de outros setores.

Para ampliar a concentração de capital no país, incentivou a implantação de empresas multinacionais nos setores de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc), tendência que já se pronunciara desde o governo de JK (Juscelino Kubitschek de Oliveira). Favoreceu o setor financeiro, que viu crescer incrivelmente sua importância e sua concentração em poucos e poderosos grupos. Incentivou toda forma de exportação de gêneros agrícolas, inibindo a produção de produtos voltados para o mercado interno (arroz, feijão etc) por produtos de aceitação no mercado internacional (soja, por exemplo).

Os efeitos desta "nova" política econômica para o campo foram o acirramento dos conflitos pela posse da terra e a eliminação dos pequenos proprietários, posseiros e meeiros, levando ao crescimento do número de bóias-frias (trabalhadores agrícolas temporários), o aumento da migração para os centros industriais e inchaço do mercado de trabalho. Nas cidades, o efeito foi o aumento do desemprego e dos subempregados (camelôs, biscateiros etc) e o aumento do exército de reserva, que contribuiu para o achatamento dos salários e o conseqüente aumento da taxa de exploração da força de trabalho.

Para conter os conflitos de classe que esta política econômica de superexploração acarretava, o Estado burguês se encarregou de desfechar um golpe brutal no movimento operário. Nestes primeiros anos do Regime Militar, foram fechados 409 sindicatos, 43

Federações e 4 Confederações de trabalhadores; aproximadamente 10 mil trabalhadores foram banidos da vida sindical; foram executadas 1565 ações repressivas (entre intervenções, anulação de eleições, dissolução de sindicatos) contra o movimento sindical até 1979.

Outro instrumento utilizado pela ditadura foi a Lei de Greve ou Lei Anti-Greve de julho de 1964. Além de inibir qualquer movimento grevista, obrigava os sindicatos a publicarem com 10 dias de antecedência, por jornal, as decisões tomadas pela assembleia da categoria. Isso possibilitava que os patrões intimidassem as lideranças do movimento. Substituiu também a estabilidade no emprego (o trabalhador que completasse 10 anos de trabalho na mesma empresa, não poderia ser demitido a não ser por justa causa) pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que era uma forma de coibir as lideranças sindicais de participarem dos movimentos de greve.

Quanto aos salários, apresentados como principal causa da inflação, foi proibido qualquer reajuste salarial em prazos inferiores a doze meses e o estabelecimento de mecanismos especiais de cálculos pelos governos, implicando cada vez mais em arrocho salarial.

As direções sindicais passaram a ser substituídas por interventores nomeados pelo governo militar. Um exemplo disso, foi a nomeação de Joaquim dos Santos Andrade "Joaquinzão", interventor do Ministério do Trabalho, para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Cabia agora aos sindicatos serem órgãos assistenciais e de colaboração com o Estado, promovendo ações assistencialistas, educativas, profissionalizantes. A lei 61.314, incentivava a intensificar as ações educa-

tivas, especialmente as relacionadas com educação moral e cívica, qualificação de mão-de-obra, educação sanitária e cursos de alfabetização. O governo doa terrenos para os sindicatos construírem colônias de férias, hospitais etc; doam bolsas de estudo para os filhos dos trabalhadores associados e até empréstimos pessoais.

Para se contrapor ao arrocho salarial e à repressão desencadeada pelo Regime Militar e a estrutura sindical que fora montada, em abril de 1968 estourou a greve dos operários de Contagem (Minas Gerais), que arranca 10% de aumento salarial. Este aumento é estendido para todo o Brasil, como aumento de emergência. No 1º de Maio de mesmo ano em São Paulo, houve forte confronto entre os operários radicalizados com os pelegos e tropas do governo, apedrejando e incendiando o palanque do governador de São Paulo Abreu Sodré, na Praça da Sé. Em Julho do mesmo ano, na cidade de Osasco, há uma greve generalizada em várias fábricas metalúrgicas. A comissão de fábrica da Cobrasma, maior metalúrgica de Osasco lidera o movimento grevista. A ocupação da fábrica terminou com uma intervenção armada, que incluiu veículos blindados e prendeu 123 operários.

A resposta do Regime Militar foi a publicação do Ato Institucional nº 5, que abre caminho para a radicalização da repressão e a mais violenta repressão ao movimento operário brasileiro. Aliado de seu principal instrumento de luta que é a greve e a mercê das direções sindicais repressoras e desprovido de um partido revolucionário que conduzisse a luta dos operários e camponeses contra a opressão da classe burguesa, o movimento operário brasileiro refluiu sob as botas pesadas dos militares.

Krupskaya

Um exemplo de tenacidade revolucionária

***(esse título foi dado por nós)**

Na Rússia atuavam os divulgadores da 'Iskra'; a literatura clandestina chegava a eles: a 'Iskra', a 'Zaria', folhetos. Eles reproduziam tudo isso nas gráficas ilegais e se encarregavam da distribuição para diversos grupos, e depois nos prestavam conta dos resultados; obtinham fundos para nosso diário. A 'Iskra' estava em contato regular com numerosos camaradas residentes em Samara, Poltava, Kiev, Astrakan, Moscou e em Pieter. Vladimir Ilich lia todas as cartas. Em Bakú, uma gráfica clandestina fazia um bom trabalho às escondidas para a 'Iskra'; estava dirigida por Krasin. Krasin tinha o apelido de 'Cavalo' e a imprensa levava o nome de 'Nina'. No Norte, em Novgorod, foi criada outra imprensa, 'A Kulina'. A polícia logo a descobriu.

A literatura clandestina passava por Vilna. Nossos camaradas de Pieter tentaram a relação por Estocolmo e tínhamos

trocado numerosas cartas sobre esse assunto. Essa relação tinha recebido o nome de 'a cerveja'; enviamos pacote de literatura e fomos avisados de que 'a cerveja' tinha chegado bem. Entendemos que havia chegado a Pieter, e continuamos nosso envio a Estocolmo. Somente em 1915, quando para retornar a Rússia passamos pela Suécia, soubemos que 'a cerveja' não tinha abandonado a 'cervejaria', isto é, a casa do povo de Estocolmo, onde toda uma bodega estava cheia de nossa literatura. Os 'barris' foram enviados por Varden; uma vez, parece, alcançar sua meta, e depois a relação foi interrompida. Enviamos Matrón a Marselha. Devia mandar nossos envios clandestinamente a alguns cozinheiros de navios que saíam para Batun. Em Batun, 'os cavalos' eram entregues. Grande parte de nossa literatura ficou no mar, porque nosso meio de operação consistia em embrulhar os papéis em um mate-

rial impermeável e depois jogá-los na água em um conveniente lugar, onde os camaradas recolhê-los. Mikail Ivanovich Kalinin, que trabalhava então em uma usina em Pieter, pertencente à organização, remeteu por intermédio de um camarada um endereço a Tolón à casa de algum marinheiro. Enviou-se também a literatura pelo Egito (Alexandria); e ensaiaram-se transportes pela Pérsia. Depois os envios iam a Kamenetz-Podolsk, em Lvov. Todos esses transportes exigiam dinheiro, energia, trabalho; era preciso correr grandes perigos e admitir que só uma décima parte dos envios chegava a seu destino. Emprega-se também o sistema de malas com fundo duplo e dos livros empastados. Esta literatura era colhida imediatamente.

**Lenin encontrava-se exilado na Inglaterra (Londres).

66° Aniversário do POR (Bolívia)!

O Poderoso Partido Operário Revolucionário, organizado em junho de 1935, luta pela libertação nacional e social

Ninguém duvida que o Partido Trotskista Boliviano realizou uma tarefa titânica deixando sem manchas sua marca na história do país.

Sintetizamos o que alcançamos:

Contribuição para a transformação ("Tese de Pulacayo") da classe operária (de massa instintiva em consciente, política), que levou à transformação do país, de sua história.

Nasceu como programa, que na sua luta foi transformando e se superando. Sua importância: utilizando o materialismo histórico caracterizou o país corretamente pela primeira vez (capitalismo atrasado, de economia combinada e integrante da economia mundial). O capitalismo (onde no seu interior as forças produtivas alcançaram um alto desenvolvimento, que se traduz na crise eco-

nômica que atravessamos) impôs para Bolívia atrasada a maturidade do fator objetivo da revolução social. Não podemos conhecer o desenvolvimento integral e independente do capitalismo no país, pois já vivemos na era da revolução proletária

Ensinou os explorados a avançar no caminho da revolução social, lutando pela materialização da resposta a seus problemas imediatos: unindo a finalidade estratégica (destruição do capitalismo putrefato, do governo burguês atual, da opressão imperialista) com a tática. Tal a essência das reivindicações transitórias, que permitem que as massas amadureçam politicamente para ser governo.

É quem ensinou na prática a transformar a própria tradição dos oprimidos (por exemplo os cabildos abertos), a transformar as organizações populares em órgãos de poder. O maior exemplo disso foi a Assembléia Popular (ensinou como se luta pela conquista do poder).

Resolveu a política militar do proletariado e ensinou o que é a tática da frente antiimperialista.

Agora luta para efetivar a Revolução e Ditadura proletárias, apoiando-se no internacionalismo proletário (na IV Internacional).

(extraído do jornal "Masas" boliviano n.º 1763 de 8/6/2001)

Bolívia

O Fundamental: Precisar o Momento Político em que se Atua

(este texto foi redatado a partir das resoluções de 27 de maio do Comitê Central do Partido Operário Revolucionário – Bolívia)

As etapas reacionária, pré-revolucionária, revolucionária se definem pela atitude das massas de explorados e oprimidos, que, em última instância, é determinada pela evolução da contradição que se dá na estrutura econômica da sociedade entre as forças produtivas (revolucionárias por sua essência) e as relações de produção ou forma de propriedade dos meios de produção imperante, condenadas a se transformarem em fator reacionário (é isso que ocorre na atualidade).

Isto obriga o Partido Revolucionário a determinar a finalidade estratégica de sua luta, portanto a tática a ser empregada para materializar sua estratégia.

A finalidade estratégica (revolução e ditaduras proletárias) impera em todas as situações políticas, o que modifica é a tática, as variantes que devem ser empregadas na forma de luta.

As reivindicações transitórias

A maturidade atual das forças produtivas (fenômeno internacional que é imposto pela natureza da economia capitalista) impõe a necessidade histórica da revolução social anti-capitalista. Estamos colocando uma possibilidade e não algo que deva acontecer neste momento

e de maneira fatal e mecânica, repetimos que tudo isto se deve à evolução política das massas.

Quando se dará a revolução proletária? Estando o fator objetivo (econômico) maduro devemos trabalhar para que a politização das massas também amadureça, processo que se encarna no Partido político do proletariado.

Na Bolívia (país capitalista atrasado, de economia combinada, convertido em colônia norte-americana) a evolução da consciência de classe é considerável, o que põe em evidência quando as massas em sua luta cotidiana fundem as reivindicações de solução de seus problemas diários com a arremetida contra a totalidade da política governamental e a ditadura das multinacionais.

Alguns reformistas, que na prática se afastam dos explorados e oprimidos, reivindicam que se deve lutar somente pelo que o movimento pode conseguir e rechaçar a consigna “tudo ou nada”. Esta postura leva a separação definitiva entre a estratégia (sepultar a sociedade capitalista apodrecida) e a tática de conseguir migalhas do sistema em decadência, em troca de assegurar a paz social. O que os leva a acreditar que o objetivo da revolução social é impossível.

Dizemos que esta é a hora para trabalhar pela revolução, ou seja unificar a luta pelas soluções dos problemas do dia a dia com o objetivo final. Devemos elaborar as respostas com o objetivo de demonstrar como funciona a opressão burguesa (inclusive o ordenamento jurídico, o parlamento etc.), ou seja, buscar a politização das massas.

As reivindicações transitórias são a ponte que leva as massas, partindo de sua situação atual, de suas experiências, até a conquista do poder.

Sepultar o cadáver capitalista

Todos os males que devemos suportar são frutos da desintegração do imperialismo. As massas bolivianas radicalizadas demonstram, com seus atos diários, que compreendem esta realidade, por isto se lançam contra a política global do governo burguês atual, por isto se opõem ao eleitoralismo como remédio para todos os males.

O POR não cria ilusões democratizantes, e sim potencia a conduta revolucionária das massas e as orienta até a conquista do poder.

(extraído do jornal “Masas” boliviano n.º 1763 de 08/06/2001)

Resumo dos Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

Volume II (1947-1948)

Este volume contém documentos da feroz crítica ao PIR e sua política contra-revolucionária de aliança com a rosca (classe dirigente reacionária ligada aos grandes donos das minas).

Traz documentos sobre a atuação do Bloco Mineiro Parlamentar, frente

eleitoral formada entre o POR e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Minas (FSTMB), mostrando perfeitamente como se deve atuar revolucionariamente no parlamento, ou seja, utilizá-lo para desenvolver a luta de classes, defender as reivindicações das massas e impulsionar o movimento operário contra o Estado burguês, para destruí-lo.

Volume III (1949-1950)

Neste volume continuam-se a publicar as duras lutas travadas no Bloco Mineiro (POR/FSTMB). Também traz uma série de documentos sobre o Massacre na Mina SIGLO XX em Catavi, em maio de 49, como resposta do governo à greve mineira. Mostra também a expulsão dos poristas do parlamento por defenderem a luta dos mineiros.

**Obras Completas de G. Lora: Adquira com o distribuidor deste jornal
Em breve: VOLUME 6!!!**

Argentina

Que Situação Estamos Vivendo

É muito importante saber precisar a situação que estamos atravessando, pois é dela que depende as consignas e o trabalho que se deve realizar. Não devemos nos deixar levar pelo que se vê na superfície e nos impressionar, mas poder compreender as profundas tendências que se agitam na sociedade, aonde estas se dirigem, e como se expressam.

Está em curso uma profunda mudança na situação política, o regime se encontra em decomposição e crise. A burguesia tem dificuldades para governar, não tem saída e se encontra diante de uma crise econômica internacional o que dificulta tentar aliviar a crise interna. A "convertibilidade", o peso da dívida externa, o extremo submetimento ao capital financeiro internacional, a recessão econômica que persiste e se agrava e o controle por parte das multinacionais dos setores mais importantes da economia nacional, as disputas entre estes grupos para aumentar a influência sobre o regime, formam um beco de onde não podem mais sair.

As massas vão esgotando suas ilusões nas instituições da burguesia, já não querem nem mais ouvir falar de eleições e políticos, e persistem na ação direta para exigir o cumprimento

de suas reivindicações.

Cada vez fica mais claro que o único caminho para conseguir resolver nossos problemas (e conseguir que os resultados não sejam apenas migalhas) é a ação direta radicalizada.

Se ainda não foram tão a fundo, isto se deve exclusivamente ao papel de suas direções sindicais burocratizadas, que vão dando trégua ao governo, isolando e quebrando as lutas (só se põem à cabeça do movimento para desviá-lo de seu curso ou quando as massas estão para passar por cima deles).

São estas direções que seguem os partidos patronais que nos governaram e que nos governam hoje.

Mas também devemos acrescentar a importância que tem para este estado de coisas a ausência no cenário da luta de classes de um poderoso partido revolucionário que traga consciência de classe para a vanguarda e para as massas (a política verdadeiramente clasista da classe operária) e a oriente para seu próprio poder.

A transformação qualitativa da situação política depende em boa medida que se possa resolver no curso desta etapa a construção do partido revolucionário.

Caso contrário poderemos cair nas

experiências nacionalistas ou eleitoreiras que nos levam a novas frustrações.

Contamos a nosso favor que um setor crescente da vanguarda está aprofundando suas experiências com organizações reformistas e revisionistas, que buscam dar um salto político e se orientam para a política revolucionária.

As massas não terminaram de romper com o peronismo, com a burguesia e ainda as ilusões têm peso, isto nos leva a pensar na importância que tem hoje a tarefa de derrotar ideologicamente a burguesia.

Esta é a tarefa mais importante do momento na construção do partido revolucionário. Apesar desta derrota da burguesia não ocorrerá de uma oficina ou escritório mas intervindo no seio das massas, em suas lutas, ajudando a terminar com as ilusões e os preconceitos burgueses que habitam nelas mesmas, enquanto sua ação, potencialmente revolucionária, questiona as bases do Estado que estalam em cada intervenção.

A situação pode ter pequenas primaveras para o regime, mas seu futuro é indubitavelmente de grandes nuvens negras.

(Extraído do "Masas" argentino n.º156 de junho de 2001)

Cochabamba/Bolívia

Cochabamba Decidiu Paralisar e Bloquear Estradas

Acreditava-se que em abril de 2000 a água havia conseguido aglutinar circunstancialmente todos os setores, por tratar-se de um elemento vital para todos. Agora o fenômeno da convergência das classes oprimidas do departamento se repete, em um nível político superior, tendo como eixo o recuo à municipalização da educação e da saúde.

Na realidade trata-se de uma das manifestações de um profundo pro-

cesso de agudização da luta de classes, impulsionada pela miséria que obriga aos explorados resolver seus problemas pela via da ação direta de massas.

As últimas assembleias da Coordenação se caracterizaram por contar com a presença dos setores radicalizados do campo e da cidade: direções comunitárias, comitês cívicos de províncias, juntas escolares, camponeses, todos setores filiados a Central Operária Departamental (COD) etc.

decidiram unanimemente iniciar o bloqueio de estradas e a paralisação da cidade, assim que o governo iniciar a seção do congresso para aprovar o novo Código Tributário e a Lei do Diálogo 2000.

Todos os dados nos levam à evidência de uma nova eclosão social no Vale e que podem repercutir em todo o país.

(extraído do jornal "Masas" boliviano n.º 1764 de 15/06/2001)